

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.028 - JP  
(2018/0204309-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : N T K  
**ADVOGADOS** : LUCIMAR ABRAO DA SILVA FERREIRA - GO014412  
WANDERSON FERREIRA ABRÃO - GO018096  
**REQUERIDO** : T K

**DECISÃO**

N. T. K. formulou pedido de homologação de decreto administrativo estrangeiro proferido pela Prefeitura de Tsurumi-ku, Província de Yokohama, Japão, que dissolveu seu casamento com T. K.

O requerido anuiu ao pedido (fl. 88).

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 133).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Consta dos autos o decreto de divórcio (fls. 107-109 e 115-117), acompanhado de apostila (fls. 109 e 116) e de tradução por profissional juramentado no Brasil (fls. 114 e 118-121). O trânsito em julgado pode ser presumido em razão da consensualidade.

Os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Conforme prevê a legislação japonesa, após o divórcio, a requerente retomou o nome de solteira, a saber: N. M. T. (fl. 13).

Ante o exposto, **homologo o decreto administrativo de divórcio.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

